

MULHERES E PODER NAS UNIVERSIDADES

Silvia Yannoulas

<silviayannoulas@unb.br>

Licenciada em Ciências da Educação, Doutora em Sociologia, professora-adjunta do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília [UnB] e professora-pesquisadora da FLACSO/Brasil.

Tradução: Kelma Jaqueline Soares

Revisão: Ana Terra Mejia Munhoz

RESUMO

Este artigo analisa parte do material de campo de pesquisa realizada sobre as mulheres na Universidade Nacional de Entre Ríos (UNER), na Argentina. Como resultado, é possível afirmar que os espaços ocupados pelas mulheres na UNER não foram nem "cedidos" pelos homens nem "conquistados" por elas por meio de uma disputa explícita. Entretanto, a disputa apareceu posteriormente, ao longo do desempenho das funções hierárquicas ou de decisão. Se no acesso ao poder acadêmico manifesto não houve confronto explícito com os colegas homens, mais tarde surgiu uma permanente desqualificação das mulheres, acompanhada de uma necessidade de adaptação, por parte delas, ao exercício do cargo.

Palavras-chave: meritocracia - mulheres - poder acadêmico
trajetórias femininas - universidades

ABSTRACT

This article analyses part of the field material collected in a research we conducted on women at Universidad Nacional de Entre Ríos (UNER), in Argentina. As a result, we can affirm that the spaces women occupied at UNER were neither "given" by men nor "won" by women by means of explicit confrontation. However, the conflict took place later, during the undertaking of the hierarchical or decision roles. On the one hand, access to manifest academic power implied no explicit confrontation with men peers; on the other hand, however, a permanent disqualifying attitude was identified, and women felt a need to adapt to their posts.

Key-words: meritocracy - women - academic power
women's paths - universities

Apresentação

A informação que possuíamos sobre a Universidade Nacional de Entre Ríos (UNER), na Argentina, nos impulsionou a pensar que a incorporação das mulheres a essa instituição não obedecia às mesmas tendências registradas em outros casos nacionais e internacionais. A partir disso, formulamos um projeto de pesquisa de grande abrangência sobre esse caso específico.¹

Após leitura minuciosa da bibliografia existente sobre mulheres e universidades,² iniciamos a primeira fase da investigação, de recorte quantitativo, coletando e organizando a informação relacionada às mulheres na UNER.³ Na segunda fase, de caráter qualitativo, buscamos compreender por que, na UNER, é tão elevada a participação feminina nos colegiados de governo universitário,⁴ na constituição do gabinete do

reitor e nos grêmios e associações de docentes, estudantes e não-docentes.⁵

Iniciamos a segunda fase da investigação ponderando, sob a perspectiva de gênero, a normativa universitária nacional e institucional (da Argentina e, especificamente, da UNER). Queríamos entender de que maneira os aspectos legais haviam facilitado a participação das mulheres nessa universidade. O estudo das normas legais nos permitiu pensar no "não-dito" e no que é silenciado, uma vez que se verificou o sexismo e o androcentrismo implícitos nos textos analisados. Comprovamos que a marcante inserção das mulheres na UNER não obedecia nem a políticas de ação afirmativa nem a outros tipos de normas legais que facilitassem a construção de espaços "amigáveis" à participação feminina.

A significativa presença das mulheres nos diferentes segmentos da UNER também nos levou a rastrear o passado da instituição, procurando algumas explicações em torno de seu núcleo fundador e, especialmente, das tensões de poder existentes no campo intelectual. Procedemos, portanto, a uma busca interpretativa da história da UNER, focalizada em alguns aspectos potencialmente relacionados à alta participação feminina. A documentação dispersa e a bibliografia disponível a respeito da história da instituição permitiram lançar algumas hipóteses explicativas sobre a elevada participação de mulheres nos diferentes espaços dessa universidade, confirmando parcialmente as suposições feitas em relação ao período de criação da UNER, à sua estrutura de faculdade e carreiras e à conservação do poder acadêmico destacado em mãos masculinas.

Um dado a ressaltar é a ausência, na UNER, das faculdades tradicionais, como as de Direito e medicina, que geralmente possuem uma ampla presença masculina e um cenário de luta interna pelo poder universitário. Assim, a presença feminina nos cursos de bromatologia, educação, enfermagem e serviço social foi muito marcante desde o início. Por outro lado, essa é uma universidade relativamente “jovem”, que sofreu fortemente o embate da repressão científica e ideológica em seus primeiros anos de funcionamento. Essa situação evitou a conformação, ao longo das gerações, de uma estrutura de poder masculinizada. Destarte, ao inaugurar o processo de democratização e normalização das cátedras e governo universitários (1985), não houve empecilhos ou travas colocadas por homens ao ingresso massivo de mulheres nos diferentes espaços de poder acadêmico manifesto.

A busca histórico-institucional nos levou a pensar que, mais do que a construção de espaços propícios à participação das

mulheres, teria havido o fenômeno que chamamos de “espaços vazios ou vacantes”. De fato, as mulheres que ocupam posições de poder acadêmico expresso ou manifesto na UNER não tiveram que disputar coletivamente o reconhecimento e a autoridade por parte de seus colegas homens.

Essa compreensão da problemática culminou na execução de uma terceira etapa da pesquisa, que envolveu a realização de entrevistas em profundidade com cinco das protagonistas do fenômeno. Este artigo analisa o material colhido em tais diálogos. As mulheres entrevistadas pertencem a diferentes segmentos da UNER, e sua inserção na instituição, em 1995, vinculou-se ao exercício de um destacado poder acadêmico. No texto, a fim de preservar seu anonimato, elas tiveram seus nomes trocados por outros, fictícios, significativamente escolhidos por elas próprias. Agradecemos o tempo e a disposição das entrevistadas.

Meritocracia e poder acadêmico

Se os questionamentos sobre a igualdade numérica entre homens e mulheres, bem como sobre a qualidade da participação de ambos nos sistemas políticos de governo, já têm atingido relativo consenso cultural, perguntas similares no âmbito acadêmico geralmente produzem uma profunda irritação ou são ridicularizadas. O resultado é a falta de debate em torno da distribuição sexual do poder acadêmico nas universidades, nas academias, nos centros de investigação e nos organismos científicos do Estado, entre outros lugares.

Em primeiro lugar, afirma-se que são muitas as alunas e docentes nas universidades, questionando-se, então, o que mais poderíamos desejar. Esse é um discurso típico dos democratas liberais, que

consideram que a igualdade política se resume ao sufrágio universal e à possibilidade de ser candidata(o). Essa visão, porém, desconsidera as condições sociais e econômicas de uns e outros, impedindo a efetivação da igualdade de oportunidades e a sua transformação em igualdade de resultados. Existem, inclusive, acessos desiguais ao conhecimento, à informação e à própria formação de cenários políticos (PHILLIPS, 1996).

Em segundo lugar, defende-se que o campo acadêmico é regido por uma meritocracia neutra quanto ao gênero, baseada no alcance de patamares de produtividade, sem que o sexo importe. Mas a meritocracia tem seus problemas. O primeiro é que quem determina o critério de mérito são fundamentalmente os cientistas homens. O segundo é a impossibilidade de se uniformizar ou homogeneizar esse critério. O terceiro é que não há um ponto equânime a partir do qual se reconheça e retribua o mérito. Embora se possa dizer que as mulheres foram e são favorecidas com a introdução de critérios meritocráticos como fundamentais para reger sua inclusão como estudantes ou docentes na universidade - em contraposição com o sistema de indicações para a ocupação de cargos docentes, ou com a necessidade de demonstrar propriedade econômica para ser estudante universitário, no período colonial -, não se pode negar que as medidas de ação afirmativa são necessárias para compensar as desigualdades nos pontos de partida, historicamente acumuladas.

Valcárcel (1995) propõe a existência de três tipos de poder real - o poder econômico, a especialidade (ou *expertise*) e a sabedoria - e afirma que esse poder real não se obtém pelo mecanismo de progressão funcional. As mulheres continuam sem ter autoridades nem *potestas* às quais poderiam fazer referência (princípio de autoridade), e

prossegue lhes sendo negada a possibilidade de deter poder acadêmico explícito. Constatamos, nesse contexto, uma resistência cultural muito maior que aquela que poderíamos ter suposto inicialmente. Pode-se até mesmo falar de outro tipo de resistência, a resistência a si próprio ou auto-discriminação, que não devemos desconhecer: nós mesmas não queremos perder identidade nesse processo, o que expressamos às vezes da seguinte maneira: "Não queremos ser como os homens" (VALCÁRCCEL, 1995).

A educação é um processo "generificado", isto é, uma prática social não apenas constituída por gêneros, mas também capaz de constituí-los. Por meio da educação, são produzidos diversos tipos de identidade (de gênero, nacionais, etárias, socioeconômicas, raciais, entre outras). As relações e práticas educativas não estão somente na base da composição dos vários tipos de sujeito; elas também criam as maneiras pelas quais as instituições sociais são organizadas e percebidas. Nesse sentido, é possível afirmar que a universidade não se constitui meramente como um espaço social privilegiado para a formação/contenção da juventude, sendo ainda um espaço "generificado", atravessado constitutivamente pelas relações de gênero (YANNOULAS, 1996; LOURO, 1997).

Como instituição pertencente a um sistema educativo, a universidade é um espaço socialmente diferenciador, não somente em virtude do mecanismo inclusão/exclusão (ter um título universitário não é o mesmo que não tê-lo), mas também (e cada vez mais, a partir da instauração dos atuais processos de avaliação da atividade universitária) por causa de mecanismos internos que classificam, ordenam e hierarquizam o alunado, o corpo docente, as disciplinas científicas, a própria instituição, etc. Ao incorporar grupos sociais

historicamente excluídos, por meio dos processos de massificação e feminilização dos estudos superiores, a universidade manteve (e talvez tenha aprofundado) as desigualdades. Esse efeito se deu, entre outros aspectos, em razão de sua organização, sua localização, seu currículo, seus regulamentos e seus sistemas de avaliação, bem como das categorizações dos pesquisadores.

Essas formas de expressão das desigualdades afetam a relação não somente entre homens e mulheres, mas também entre as próprias universitárias. Ao estabelecer julgamento sobre o que é conhecimento científico, a liderança acadêmica se baseia em conceitos de qualidade que supõem normas universais de competência. As medidas tradicionais de excelência acabam favorecendo aqueles indivíduos que são social, intelectual e ideologicamente semelhantes. Outros professores ou professoras, ainda que populares por desafiarem os padrões normativos, são vistos como pouco desejáveis pela comunidade acadêmica, uma vez que desenvolvem um trabalho científico pouco ortodoxo. Se uma professora publica seus resultados de pesquisa em revistas internacionais de alto prestígio em sua área disciplinar, será mais bem conceituada do que se os publicasse em revistas feministas ou ecologistas (BENSIMON, 1995).

Em outros artigos já temos argumentado em torno do significado quantitativo, nada depreciável, da presença das mulheres nas universidades. Também temos nos referido, em diversas ocasiões, à escassa objetividade da ciência e dos mecanismos políticos. Em outras palavras, tanto o sexo - no sentido quantitativo/biológico - como o gênero - no sentido qualitativo/cultural - são relevantes no momento da tomada de decisões sobre as políticas acadêmicas de uma instituição ou um nível educativo.

Essas afirmações foram corroboradas por entrevistas qualitativas com algumas protagonistas da UNER que, embora contando com diferentes graus de proximidade da problemática de gênero, identificaram obstáculos derivados da condição de gênero no exercício de cargos com poder acadêmico manifesto ou explícito. No intento de qualificar os dados quantitativos, perguntamos às protagonistas e a nós mesmas sobre as resistências à incorporação plena das mulheres, ou seja, para além de sua inclusão formal no sistema de governo universitário, colegiado, paritário. Quais mecanismos ou territórios se demonstram particularmente resistentes ou difíceis de serem transitados por essas protagonistas, mesmo quando se observa a participação das mulheres no governo de uma universidade que se caracteriza por sua abrangente feminilização?

Público e privado em tensão

Uma característica destacada no grupo das entrevistadas é o volume relativamente limitado de suas responsabilidades domésticas no momento de assumir cargos com poder acadêmico manifesto: ou elas não possuem filhos, ou eles já são adultos. Entre as entrevistadas de maior idade, ressalta-se o fato de que preferiram atrasar suas aspirações a cargos hierárquicos até o momento em que seus filhos e filhas tivessem alcançado relativa autonomia.

Ainda a respeito das relações familiares, nota-se que a família de origem tem sido o maior apoio emocional e econômico para as entrevistadas na construção de suas trajetórias acadêmicas e políticas. Em contrapartida, mesmo em lares politizados, surgem temores e empecilhos às legítimas aspirações políticas das mulheres. Ainda que elas tenham carga doméstica

relativamente baixa, o desempenho de funções político-acadêmicas não deixa de provocar tensões familiares, principalmente nas relações pessoais:

Antes de 1995, recebi muitas propostas e convites para ocupar cargos políticos na faculdade. Rejeitei-os. Tentarei ser clara: eu tive que fazer uma opção, em uma dupla dimensão. No aspecto familiar, por preservar a unidade da família, já que minhas filhas ainda eram pequenas e o pai delas estava pouco tempo em casa. Foi também uma opção política, porque não visualizava claramente o respaldo político, qual era o projeto político com o qual eu poderia me identificar. Depois, minhas filhas cresceram e eu havia me separado, quero dizer, já havia me iniciado em caminhos independentes há alguns anos. [...] Aquele foi o momento em que decidi minha candidatura, que foi discutida também em âmbito familiar, com minhas filhas, às quais disse que iria ter muitas responsabilidades e que estaria menos em casa, que iria mudar a vida cotidiana e os tempos de vida pessoal e acadêmica. Essas coisas. Elas aceitaram e me apoiaram [...]. Eu estruturei meus horários e defendi também as ausências e as presenças dos meus coordenadores e coordenadoras acadêmicos, de pesquisa, de extensão, etc. Isso foi muito criticado em mim. Pensavam que se devia morar na faculdade. (Mary, docente).

Em alguns casos, a tensão entre o mundo afetivo e o mundo público levou à renúncia mais ou menos planejada ao

desenvolvimento de uma vida amorosa:

A decisão mais difícil que tive que tomar foi referente a minha vida privada. Uma sucessão de coisas levou-me a perceber que, embora inconscientemente, havia decidido estar sozinha para poder ser mais eficiente no que estava fazendo na política universitária. Depois, me dei conta de que isso significava negar-me a ter um companheiro por ter privilegiado fazer política. Nisso também há uma diferença entre os homens e as mulheres na política. Para ser mais eficiente na política é necessário estar sozinha em determinados momentos, quando você representa muita gente, porque você pode se dedicar mais, ter mais tempo. Por outro lado, para os homens, a maioria tem a sua companheira e isso não é incompatível. Eu não pude me dedicar tanto, a não ser que o meu companheiro estivesse comigo, e eu não queria ter companheiro nesse círculo [...]. Também foi um problema no plano familiar. Me afastei muito da minha família, porque sentia que tinha coisas mais importantes para fazer. Me toleraram muito, me esperaram muito, me perdoaram muito na minha família. (Martina, estudante).

Esse tipo de priorização não se registrou somente no caso das entrevistadas mais jovens. As mais experientes também se referiram a esse ponto:

Fui suprimindo a energia investida no casamento, ou porque eu não a tinha, ou porque eu não esperava que, de fato, esse pudesse ser um bom complemento para a minha vida. Fui

tentando resolver essa questão, de maneira que fui ficando sozinha, autenticamente sozinha, e dediquei todos esses anos ao trabalho. Organizei-me de tal modo que o trabalho e meus filhos eram os únicos temas que me consumiam energia. Não tive companheiros, passei anos sem ter companheiros. Isso é uma escolha. Foi fruto de uma dificuldade amorosa, de uma relação que não prosperou, que me fez sofrer muito. Eu decidi que não iria sofrer mais por nenhum homem e, para o meu próprio bem, cortei absolutamente toda relação, e dediquei meu tempo somente ao trabalho (Anahí, docente).

Os saberes necessários

As mulheres entrevistadas, que ocuparam diferentes cargos de poder acadêmico manifesto em 1995, tiveram que adquirir muitos saberes e habilidades, de diversas ordens (instrumentais, gerenciais, de comportamento, de relacionamento, entre outros), para desempenhar suas funções. Algumas expressaram claramente sua sensação de desconforto no início de seus mandatos.

O primeiro dia eu recorro com total clareza, isto é, a impressão: "O que estou fazendo aqui?". Eu tinha experiência na militância política, mas era outro estilo de militância, a acadêmica. Agora, tratava-se de ocupar um cargo de grande poder de decisão institucional. Isso era diferente da militância política dos anos setenta, estritamente partidária, marcada por outro tipo de questões. Agora, tratava-se de ocupar um cargo legitimado institucionalmente,

portanto, uma pessoa não representava sozinha seu próprio pensamento, e sim o de todos que a haviam apoiado. Tinha que encontrar a maneira de representar a todos, de negociar, de articular as diferenças. [...] Duramente aprendi que se deve ser mais demonstrativa, mais explícita com certas coisas. Não digo colocar-se como uma pessoa careta, mas é preciso fazer frente a situações e coisas que antes não importavam tanto, como, por exemplo, não responder uma saudação de uma colega por distração, pois quando se ocupam certos cargos esses descuidos transformam-se em uma "questão de Estado", influenciando no conjunto da organização. (Mary, docente).

Na expressão de outra entrevistada, a palavra-chave foi adaptação:

Fiz um esforço, diria, de adaptação. É preciso buscar uma personalidade que não é a sua para se adaptar ao cargo político dentro da universidade. Fiz um esforço de "sobreadaptação" terrível. É uma patologia muito forte que se faz, como se se instalasse outra personalidade em você - a isso chamo sobreadaptação. (Soledad docente).

A respeito da sensação de desconforto, Phillips (1996, p. 89, tradução nossa) afirma que:

Uma das características distintivas da política do movimento de mulheres era a importância que se outorgava à "tomada de consciência", assim como o sentimento amplamente compartilhado de que as mulheres se agarravam a uma identidade contraditória que, em certo sentido, haviam se visto obrigadas a assumir

[...]. As mulheres têm a necessidade de “desaprender” as lições de seu passado: daí a - por demais singular - experiência de ter que “descobrir” que estavam oprimidas. Naturalmente, o que torna isso possível é a natureza contraditória da experiência e da consciência das mulheres, a sensação de que as coisas não se encaixam.

Outras entrevistadas referiram-se aos conflitos na atividade ou na esfera pública como uma característica pessoal, e não de gênero:

Os saberes que tinha estavam relacionados com o sentar para estudar, com o manejo do tema de minha faculdade e de minha carreira. O que não tinha era... eu era muito tímida, me custava muito falar em público e isso tive que aprender. Para mim, falar diante de um docente era difícil. Aprendi muito, porque foi um ano em que necessariamente tinha que aparecer nos cursos, em uma praça pública, nos meios de comunicação. Isso me custou muitíssimo. No princípio tremia a cada vez que tinha que falar, mas depois já não conseguiam me tirar do microfone! Podia falar até duas horas seguidas, e todo mundo me escutava. Algo precisava ser feito e eu era a única que podia fazer isso naquele momento, porque tinha acumulado saberes de tipo teórico. Isso não quer dizer que não me deu medo. Recordo-me inclusive de situações violentas na rua [...]. Em alguns momentos cheguei a pedir que me acompanhassem. Aqui, sim, necessitava dos homens, porque no geral eu era agredida por outros grupos. Porque era mais frágil, por ser

mulher, e aqui, sim, senti discriminação. (Martina, estudante).

León (1994) propõe que o que se diagnostica como expansão feminina pode ser considerado, na verdade, como uma fase intermediária do processo de aculturação experimentado pelas mulheres, as quais devem somar novas competências às velhas competências de seus “trabalhos” e, portanto, sobrecarregar-se de obrigações. Perguntamo-nos, com base nesse ponto de vista, quais foram e são as repercussões dessas aprendizagens femininas entre os colegas homens, bem como entre os membros masculinos do grupo familiar.

O referido processo de aculturação significa que as mulheres estão se incorporando massivamente ao modelo cultural masculino, modelo que em nosso tempo ainda gira em torno do trabalho remunerado. Questionamo-nos: os homens também estão passando por essa aculturação, incorporando elementos da “cultura feminina”? Em que medida eles somaram novas preocupações e habilidades - as domésticas e familiares - no momento de construir sua vida profissional e política? Que tipo de preocupações e competências têm sido consideradas? Qual é o seu alcance?

Afirmamos com Pateman (1996) que as feministas estão tentando desenvolver uma teoria da prática social que, pela primeira vez no mundo ocidental, seria uma teoria verdadeiramente geral - incluindo homens e mulheres de forma igual -, baseada na inter-relação, e não na separação e oposição entre a vida individual e a coletiva, ou entre a vida pessoal e a política. Em um nível imediatamente prático: se as mulheres devem participar plenamente, como iguais, da vida social, os homens devem compartilhar de forma equânime o cuidado dos filhos e filhas e outras tarefas domésticas. Enquanto as

mulheres se identificarem com esse trabalho “privado”, seu *status* público será visto de forma debilitada. Essa conclusão não nega - como é alegado por alguns - o fato biológico de serem as mulheres as que dão à luz as crianças. Porém, refuta-se o viés patriarcal, que prega que o eixo natural teria como consequência cultural que somente as mulheres pudessem criar os filhos.

As trajetórias político-acadêmicas

Entre os fatores que levaram as mulheres a decidir ser candidatas ou aceitar o convite de ocupar um cargo de relevância político-institucional, pesou a sensação de trilhar um “caminho ideal”, de irem cumprindo-se as etapas “naturais”. Nessa construção de um caminho dentro da constelação político-institucional, as entrevistadas mostraram uma forte inclinação aos assuntos notadamente acadêmicos, como um perfil de especialização dentro da política:

Somente no segundo ano dos meus estudos universitários comecei a ter alguma participação política na universidade. Fui representante de turma. E também comecei a modificar minha formação política. Não estava em todos os temas, minha participação tinha a ver exclusivamente com o debate acadêmico. Eu não me interessava em ser uma militante para todos, todos os dias e o dia todo. Como eu estudava e tinha bom rendimento, e o curso me interessava muito, minha participação era vinculada à definição do plano de estudos, à história do curso [...]. Meu único interesse era poder transformar coisas em relação ao curso. Tínhamos jornadas intensivas de discussão sobre o plano de estudos. (Martina, estudante).

Porém, em algumas ocasiões, do conceito de “poder acadêmico”, pesou mais o fator “poder” que o fator “acadêmico”:

Eu tomei a decisão de continuar pelo caminho da política universitária depois do triunfo da Aliança, e depois do encontro com o candidato que eu apoiiei naquela eleição. Disse a ele que eu tinha que tomar decisões a respeito do que eu iria fazer. Ou decidia voltar-me mais para o trabalho político-partidário, [...] ou me centrava nesse debate político universitário. Nesse ponto, concordamos que, em nível de prestígio profissional, [...] o âmbito da universidade iria ser um lugar mais importante. Por outro lado, esse espaço era uma boa experiência de condução que me podia facilitar ocupar outros cargos de importância em nível político posteriormente. [...] Decidi, então, encarrilhar meu projeto para a universidade. (Anahí, docente).

Nas trajetórias das protagonistas entrevistadas, tiveram enorme peso as relações com os colegas homens no âmbito da política universitária. Quase todas elas nos declararam, como primeira resposta, não ter registrado tratamentos diferenciais. Entretanto, no decorrer da entrevista, começaram a surgir relatos que elas mesmas definem como episódios de discriminação:

Na faculdade, nunca houve maioria de homens. A agrupação sempre foi relativamente equilibrada, [sendo] igual ou um pouco maior a participação das mulheres. Não havia uma situação de maioria de homens. Mas houve problemas, por vários motivos. No começo, os homens se dedicavam muito mais. Nós nos

dedicávamos ao [aspecto] acadêmico dentro do grupo. O grupo acadêmico sempre foi de mulheres [...]. Os homens dedicavam-se mais ao aspecto gremial da militância estudantil, como por exemplo a fotocopadora, o esporte, a imprensa, as atividades de extensão. Era um trabalho que não se vinculava diretamente ao curso [...]. Para entender mais algumas coisas, o que sustento em relação a isso de ser mulher é que na minha faculdade jamais me senti discriminada, para nada; ao contrário, vi outras mulheres, de outras faculdades, serem discriminadas, quando em suas faculdades dominavam os homens, em cursos de agronomia ou bioengenharia. Agora, quando comecei a freqüentar espaços nacionais, isto é, reuniões nacionais de estudantes da agrupação, me sentia discriminada, não na questão formal ou no debate, mas sim nos momentos vagos. Custava-nos muito nos relacionar com os meninos, porque nos momentos livres não tínhamos assunto para uma conversa. Estava muito naturalizada à militância dos homens, que tinham seus próprios temas - futebol era sinônimo de ser homem. Aqui ficava mais clara a solidão da militante mulher. (Martina, estudante).

Interessa aqui refletir sobre as motivações para o sucesso de homens e mulheres. O modelo masculino impõe a independência, a dominação e uma elevada necessidade de busca do êxito, baseado nas próprias normas internas de excelência (nas metas individuais). No caso das mulheres, a proposta é a dependência, a vulnerabilidade, a passividade, residindo a motivação na

afiliação, isto é, no desejo de aprovação por parte dos outros. As mulheres não atuariam pela ambição de serem reconhecidas como as melhores, e sim pela vontade de obter o apoio e o afeto dos demais, o que reforça a sua dependência emocional. Porém, também se percebe entre elas um profundo medo do êxito, conforme já destacaram algumas especialistas (JAYME; SAU, 1996).

Um candidato ou candidata a um cargo eletivo ou político, dentro ou fora da universidade, necessita de estímulos e apoios institucionais e/ou grupais. Esse alento no momento de decidir concorrer a um cargo eletivo ou de aceitar um cargo político é eloqüente para a comunidade em que ele ou ela se movimentam, significando também um aporte para a auto-estima e a segurança pessoais, necessárias ao candidato ou candidata. Mas, entre nossas entrevistadas, vislumbra-se em maior importância a decisão, o esforço e as atitudes individuais, isto é, o estímulo de outras pessoas e/ou grupos. Estes, porém, nem sempre oferecem o respaldo esperado ou, pelo contrário, tornam-se obstáculos no decorrer da gestão.

Sobre os projetos futuros das entrevistadas, as respostas não foram homogêneas. Enquanto algumas se propõem a continuar o "caminho natural", ascendendo a postos de maior responsabilidade e hierarquia, outras decidiram deixar momentânea ou totalmente a participação política nos cargos de poder acadêmico manifesto. Uma das constantes verificadas na fala das protagonistas entrevistadas é a oposição entre a vida política ou gremial e a vida acadêmica. A reestruturação da vida acadêmica nas universidades argentinas, por meio de uma somatória de processos de avaliação e categorização dos pesquisadores por organismos externos e internos, trouxe como conseqüência a desvantagem comparativa de quem se dedica à política acadêmica:

Nossa dúvida, compartilhada com os demais companheiros e companheiras da Confederação Nacional de Docentes Universitários, é o que vai acontecer com nossa vida acadêmica se continuarmos a nos dedicar ao trabalho sindical. Estamos reclamando muito para que nos reconheçam o tempo e a atividade sindical, mas o sistema meritocrático não consegue fazer isso. Não se reconhece o nosso trabalho. Quando precisamos fazer a revalidação do nosso concurso docente,⁶ dependemos da sorte para ter uma banca que simpatize conosco, pois alguns consideram positivamente a atividade sindical e outros não a reconhecem. Não há uma regra. Uma vez, em um concurso, me consideraram especialmente a atividade sindical. Isso é uma opção de vida. Há muitas coisas que eu quis deixar. Às vezes penso em dedicar-me mais à vida acadêmica, à pesquisa. (Soledad, docente).

Todas as entrevistadas visavam continuar vinculadas à vida universitária, mas a maioria demonstrava escasso interesse no desempenho de funções políticas de maior envergadura. Podemos entender essa segunda situação como um processo de auto-exclusão no caminho até o poder político manifesto ou explícito. Apesar do custo enorme que significa para uma mulher chegar a um alto cargo (em uma empresa, no meio acadêmico, ou na própria política partidária), em um determinado momento elas mesmas não querem mais continuar “ascendendo”. Elas próprias se excluem do caminho do poder, não querem detê-lo; parece que não desfrutam dele, e sim que sofrem.

Esse fato deve ser analisado à luz do duplo (ou triplo) custo que o acesso ao poder

representa para as mulheres. Primeiro, elas não podem conviver com o poder de forma natural, porque não foram educadas no poder. Segundo, acumula-se uma espécie de superfadiga e uma enorme disfunção derivada da necessidade de colocar uma “máscara”, muito mais do que no caso dos homens com poder. Terceiro, elas não gostam de “abandonar” sua participação na vida doméstica, especialmente com relação aos filhos e filhas. Portanto, a partir de uma perspectiva sociológica, dizemos que, para além do mérito individual de uma determinada pessoa, é preciso interpretar sua trajetória, seu êxito, seu cansaço - tentar entender sua biografia e suas decisões nesse emaranhado social (CORTÁZAR; LEÓN, 1997).

A competência entre elas e eles

As entrevistadas não experimentaram, em sua história político-acadêmica, uma competição excessiva com os homens no momento de candidatar-se ou aceitar cargos na estrutura de governo universitário. Essa conjuntura relativamente amigável fez com que as aspirações das universitárias de Entre Ríos decorressem da desarticulação dos grupos masculinos no interior da UNER, produto da curta história da instituição e dos embates da ditadura militar. Essa situação, porém, está se transformando atualmente.

Seria válido, então, pensar que essas mulheres não enfrentaram obstáculos específicos de gênero para ascender e exercer determinados cargos eletivos ou designados politicamente? Acreditamos que não é acertado aventurar-se por esse tipo de hipótese, dado que as próprias entrevistadas sinalizaram problemas a esse respeito. Talvez seja o caso de distinguir o acesso e o desempenho. No acesso, a competência e a discriminação de gênero não têm peso predominante; no desempenho, contudo,

nota-se sua influência sobre certos aspectos críticos, que mostram como, apesar de tratar-se de uma universidade altamente feminilizada, os antigos estereótipos permanecem em vigência.

As mulheres aparecem por momentos [...]. Não sei se é o que lhes interessa, sinto que não se comprometem demasiadamente com o mundo da política. A política é demasiadamente dura, demasiadamente fria. Preferem estudar a militar na política. Parece-me que a política está pensada, está feita para os homens. É difícil romper com isso. Vários meninos têm me dito que ver uma mulher em determinados lugares de poder dá medo. Cria-se uma imagem de uma mulher fria e dura, e eles não podem ou não sabem como chegar até ela. Eu me senti várias vezes dessa maneira, mas eu tinha que ser assim para ocupar determinados espaços. Isso me incomoda em ocupar certos cargos no âmbito público, fica difícil a hora de relacionar-me com os garotos, de maneira mais pessoal ou mais íntima. [...] Os meninos que faziam política me respeitaram muito, mas para ganhar esse respeito tive que fazer muito mais que eles. Alguns eram respeitados somente por serem presidentes de centro acadêmico, tendo 10% da formação que eu tinha. E creio que isso tinha a ver com o fato de serem homens. (Martina, estudante).

Também indagamos as entrevistadas sobre a maneira como se apresenta ou se esconde a problemática feminina em uma universidade tão feminilizada. Embora diversas, todas as respostas apontaram uma falta de expressão organizada das

necessidades específicas das mulheres universitárias:

[...] o que sempre questiono é: até onde nós mulheres fazemos sentir as nossas necessidades? Por exemplo, diante de um horário que nos é inconveniente, nós paramos e dizemos “não, a essa hora não posso, porque tenho que fazer tal coisa em minha casa, com meus filhos”, assim como faz um homem, quando coloca limites porque está chegando de uma viagem. [...] É o de sempre: quem é que sustenta o machismo? É preciso ser capaz de reconhecer que também há mulheres machistas, co-responsáveis por manter situações de privilégio dos homens. Temos que aprender a dizer não e a colocar nossas condições. Em geral, creio que, quando temos feito esses movimentos, por exemplo, no Conselho Superior da universidade, nos chamam de feministas, fazem brincadeiras e piadas. [...] Na UNER a impressão é a de que há muitas mulheres, mas nos falta aprender muito. (Mary, docente).

A liderança universitária torna-se crucial para entender a participação feminina:

O tomar consciência dos problemas das mulheres abriu-me a cabeça para analisar tudo de outra maneira. Por exemplo, por que as mulheres nos colegiados, salvo aquela que chegasse a ser uma líder, nem sequer chegavam a falar nas reuniões. Havia companheiras que não emitiam som algum no decorrer de muitas reuniões, e eu desconhecia o som das suas vozes. Ouvia-se alguma devido à característica de sua personalidade,

se ela tinha a capacidade de liderança para traçar uma estratégia e gerar presença efetiva nos colegiados. Mas muitas das universitárias da UNER, em particular as docentes, tinham uma atitude passiva, não defendiam posturas, nem sequer animavam-se a falar. E isso tem a ver com a intimidação que esses espaços provocam, e que tenho sentido também. [...] A participação de algumas mulheres em alguns espaços é alta e tem a ver com a defesa da universidade pública globalmente. Sua vida pessoal e profissional está muito entrelaçada, o que me parece bom. Mas isso é a defesa da universidade, e não dos interesses das mulheres nas universidades. (Anahí, docente).

Sistematicamente, as entrevistadas relataram momentos críticos, situações específicas que as levaram a refletir sobre as relações de gênero na universidade:

Foi em uma reunião onde visualizei um grande protagonismo por parte de uma mulher, que me chamou poderosamente a atenção. Por um lado, porque ela exercia uma liderança destacada, [era] uma pessoa com garra para defender posturas e posições, mas também senti que os demais colegas, sobretudo os colegas homens, sentiam certo desprezo por esse lugar ser ocupado por uma mulher. Parece-me que havia homens que se sentiam ofendidos por essa situação. [...] Por um lado, pelo tipo de liderança que ela exercia, por outro, pela própria condição feminina. (Anahí, docente).

As aparências e as emoções

Uma temática que a maioria das entrevistadas mencionou foi a relação entre a aparência e a autoridade:

A vestimenta é algo tão marcante em relação à autoridade... Alguns dizem que o hábito não faz o monge, outros dizem que não somente é necessário ser, como também parecer. E eu não sei, eu não iria mudar o meu jeito de ser ou de me vestir pelo fato de ocupar transitoriamente um lugar. A não ser para respeitar quesitos do momento, do cerimonial. Mas evidentemente espera-se que quem é autoridade deve ser adulto, com pouco senso de humor, de preferência homem adulto, com roupa séria, tratamento de senhor, etc. É horrível, parece que estou falando de outro século! (Mary, docente).

No caso das mulheres, parece que não basta aparentar ser uma autoridade. Também influenciam a beleza física e a elegância, requisitos não solicitados aos homens:

Quando entrei na reitoria, no dia seguinte, entrei sentindo-me muito observada. Nunca tive tanta sensação de ser uma formiga como nesse momento. Se já vinha com dúvidas sobre minha inteligência e como demonstrá-la, senti claramente que, além disso, para ser funcionária na reitoria, tinha que ser linda, magra, e teria que me vestir bem. E eu não tinha isso. [...] Eu cresci pensando que era incompatível ser linda e inteligente ao mesmo tempo. [...] Diante das alternativas, sempre havia preferido ser inteligente. Quando percebi que não podia ser inteligente, tentei ser linda. Mas, mesmo que fizesse um esforço, não sabia. Era

como uma questão estrutural, não dependia de comprar roupas, porque sempre ficava mal vestida. (Emma Peel, graduada).

Na comparação interpessoal, não é indiferente ser modelo ou parâmetro, ou ser o sujeito de comparação. O modelo constitui-se em protótipo ou estereótipo. No caso que aqui abordamos, o modelo masculino configura o protótipo para a construção do estereótipo feminino (JAYME; SAU, 1996). Isso supõe que a mulher ou as mulheres sejam continuamente comparadas aos homens. O sexo masculino está, pois, mais estereotipado e seus estereótipos são mais favoráveis. Até mesmo quando as características ressaltadas no protótipo são negativas, como a agressividade, elas aparecem como boas ou necessárias na medida em que fazem parte do protótipo.

Em algumas oportunidades podemos perceber a auto-discriminação, a falta de confiança na própria capacidade, a carência de uma personalidade forte e estruturada, que se atreva a desafiar determinadas situações e percorrer caminhos complicados. Em outras ocasiões, nota-se um processo de "desautorização feminina":⁷

Comecei a organizar reuniões para discutir o plano de estudos, sempre mais vinculada com a questão acadêmica. Eu, naquele momento, pensava que podia ser uma candidata [...], o que significava ter a idoneidade para o discurso, para falar em público, para expressar-se em termos políticos, para convencer. Naquele momento, pensava assim de mim mesma, que podia ser candidata. Creio que depois houve uma somatória de questões que me levou, aos 30 anos, a reconhecer que não podia ser candidata a nada. Não sei se

o temor da exposição pública foi algo que sempre tive ou se ele cresceu à medida que aumentavam as possibilidades de exposição pública [...]. Era preciso decidir quem seria o próximo candidato à presidência do centro, e para mim era óbvio que era eu, por muitos motivos. Mas ninguém me propôs, ninguém disse nada. [...] Até hoje eu não sei o porquê. Eu também não disse nada, pensei que era algo pessoal, [...] que eu não era hábil o suficiente, inteligente o suficiente, lúcida o suficiente. Aos 30 anos, comecei a perguntar-me se era eu que não havia desenvolvido o potencial que tinha, que o tinha obstruído, ou que não tinha real potencial. [...] Comecei a me sentir tosca, rude, não sabia com que parte do corpo derrubava as coisas que estavam sobre a mesa. Como representante do Centro Acadêmico no colegiado, havia tido um altíssimo protagonismo, falava e opinava sobre todos os temas. No Conselho Superior, não consegui nem falar. (Emma Peel, graduada).

Esses processos de desautorização feminina se relacionam com as teorias psicológicas do desamparo aprendido. Os sintomas do desamparo aprendido são comuns aos da depressão. O fracasso repetitivo pode convencer uma pessoa de que ela não tem desenvoltura para um dado ambiente de trabalho ou de estudo. Assim, o indivíduo atribui sempre o fracasso a si mesmo, e não a fatores externos. Quando a atribuição do fracasso é interna, a própria ineficácia percebida, a impossibilidade de mudança e a generalização desembocam na depressão por desamparo.⁸ Entre os homens, é mais comum a atribuição de seus fracassos a fatores externos (razões políticas, injustiça, etc.), e

de seus êxitos, a fatores internos (habilidades, capacidades, esforço, etc.). Entre as mulheres, é mais freqüente encontrar exatamente a situação inversa (JAYME; SAU, 1996). Assim, para a mesma entrevistada, os ganhos político-acadêmicos não são analisados em termos de êxitos pessoais, mas sim de um contexto favorável.

Em relação à expressão pública de sentimentos, os estereótipos indicam que os homens devem reprimir demonstrações de afetividade positiva em situações sociais, ao passo que as mulheres são "vítimas" constantes desse tipo de demonstração afetiva. A respeito da emoção em sentido negativo (por exemplo, a expressão da ira), ocorre exatamente o contrário:

Como era uma mulher jovem, era maldosamente vista como uma menina histérica, como uma solteirona. Isso foi um elemento forte, não foi um detalhe menor. Era uma variável a mais que tinha que controlar, ao passo que, aos homens, não lhes importava controlar isso e ninguém teria dito que eram histéricos ou solteirões. Isso formava parte das variáveis que incidiam no estereótipo da pró-reitora ou coordenadora. [...] Eu entrei no cargo pisando forte, com coisas que correspondiam, e isso não me foi tolerado. Foi como largar uma bomba! Era mais um elemento em detrimento do meu dever como funcionária. Coloquei-me a trabalhar para modificar minhas reações, meu temperamento, como se fosse comprar roupa nova [...]. Os custos eram muito altos... (Emma Peel, graduada).

As mulheres são socializadas de tal forma que, diante de um contratempo,

abdicam de seu objetivo. Já aos homens se ensina que devem rebelar-se e expressar livremente seu repúdio. Eles estão inseridos desde a mais tenra infância em uma competição entre os pares, e aprendem gradativamente a enfadar-se perante uma situação que lhes é contrária. Elas, em contrapartida, são treinadas para a paciência, a aceitação da contrariedade, da dependência e da dominação: "O valor é masculino; a covardia, feminina" (JAYME; SAU, 1996, p. 251, tradução nossa).

Apesar de se distinguir, na socialização, a interpretação das emoções entre negativas e positivas, a qualidade emocional é aplicada de maneira exclusiva às mulheres. Conseqüência disso é que elas estejam mais dispostas a admitir (para si mesmas e publicamente) suas emoções, e que eles pretendam não expressar sentimentos.

Os limites do contexto

O peso do contexto (econômico, social e político) na vida universitária e profissional de homens e mulheres, particularmente em períodos de ajuste estrutural e políticas neoliberais, não deve ser desconsiderado. Segundo as falas das entrevistadas, esse peso se vincularia muito ao gênero e, de maneira articulada, à disciplina científica de origem:

Colocava-me a pensar, basicamente, sobre o problema das trajetórias segundo as disciplinas... de acordo com a formação de cada um. Exemplo: um professor, com muitos anos de exercício profissional, sempre tem a possibilidade de outra inserção laboral mais rentável, por exemplo, o psicólogo em seu gabinete ou clínica, o físico em um lugar especializado. Ou seja, ele não sobrevive fundamentalmente com base na

atividade docente. Na realidade, é quase um efeito inverso, ele retroalimenta seu trabalho privado a partir da docência ou do governo na universidade, porque se mantém atualizado e em contato com o meio acadêmico. Mas no caso das docentes, especificamente das assistentes sociais ou das pedagogas, não há essa opção [...]. Há todo um custo que não é mensurável... se uma pessoa fizer as contas, é impressionante a quantidade de tempo que uma mulher jovem hoje, digamos, de 30 anos, tem que se dedicar para manter a sua vida familiar e profissional [...]. Além disso, há, paralelamente, o custo de tempo e de dinheiro para ir capacitando-se para a pesquisa, a docência, o exercício profissional. Se o modelo não se propõe a prejudicar especialmente as mulheres, indiretamente nos prejudica. [...] São claras as responsabilidades delas, elas são as que levam e trazem as crianças da escola, as que fazem as compras, as que levam [os filhos] ao médico, que preparam a mochila. E elas também têm que ser compreensivas, porque uma mulher deve saber o que é trabalhar, estudar e manter o cuidado da família. São poucos os alunos ou professores que têm esse problema. Só me recordo de um graduado que uma vez veio à faculdade com sua filhinha. Eu quase nunca os vejo com os filhos. (Mary, docente).

O valor do espaço universitário segundo o gênero também foi analisado por outra entrevistada, da seguinte maneira:

A situação das mulheres no atual contexto universitário é muito difícil. Tem se dado a elas muito espaço, mas

creio que [esse é] um lugar de subestimação, à mulher paga-se menos e se lhe dá aquele tipo de trabalho... Veja, teremos uma vice-reitora, mas nunca uma reitora! Ou decanas nas faculdades, mas só em faculdades de mulheres. Esses não são lugares de muito poder, onde se resolvam muitas coisas. No mercado de trabalho, o mesmo se repete [...]. Não há apreciação, não há lugares de verdadeiro poder para as mulheres. Havia homens em alguns lugares, mas se retiraram, porque foram fazer suas pesquisas, seus papéis. Embora mantenham o poder para determinadas coisas. (Soledad, docente).

A dimensão espacial da UNER também foi objeto de reflexão por parte das entrevistadas.⁹ Em linhas gerais, as ponderações assinalaram os aspectos negativos ou obstaculizadores da inscrição geográfica da UNER, ressaltando apenas parcialmente os aspectos positivos ou facilitadores:

Parece-me que a dispersão não favorece o trabalho conjunto das unidades acadêmicas, se bem que é verdade que permite uma certa autonomia. Parece-me que atuava mais como um obstáculo. Não sei, está tão na moda a descentralização, essa que nós praticamos tanto e já há tanto tempo [...]. Como fazer para assegurar o intercâmbio, a comunicação, participar do Conselho Superior, e fazer com que a informação do Conselho Superior circule nas unidades acadêmicas? [...] É enfadonho para todos, ainda que um pouco pior para as mulheres. A UNER não é uma universidade que coloca obstáculos intencionalmente.

Realmente, pode-se trabalhar a *full* muito bem, mas há questões de opções pessoais das mulheres. As mulheres jovens esperam que seus filhos cresçam logo para poder participar mais da vida política da universidade - o mesmo processo que comentava em relação a mim mesma, para ter essa liberdade de participação, de horários, de viajar. Os demais da família não dependem tanto de você, e você pode dedicar-se a fazer outras coisas. [...] São coisas muito cotidianas e nada depreciáveis. (Mary, docente).

Indiretamente, essa peculiar inscrição espacial, que levou a UNER pelo caminho da descentralização desde sua origem, também se refletiu no conjunto dos relatos das entrevistadas, manifestamente na tendência a falar mais sobre a experiência vivida na unidade acadêmica e na enorme dificuldade em se referir ao conjunto da universidade. O relato espontâneo e o induzido dirigiam-se mais no sentido da própria unidade acadêmica onde a entrevistada desenvolvia seu trabalho. A imagem relatada assinala um realismo mais marcado em relação à faculdade que à universidade, e uma visão fantasmagórica do restante da universidade, particularmente da figura do Conselho Superior:

O que se passa é que o Conselho Superior é visto como um espaço assimilado ao mito, não tem identidade física, não tem identidade real para o cotidiano dos estudantes e dos professores. Nem sequer tem um local próprio, da universidade, para funcionar. Algo semelhante acontece com a Reitoria. (Emma Peel, graduada).

Os lugares de maior concentração de poder em relação às decisões institucionais da

UNER são o Conselho Superior e a Assembléia Universitária. Quando se realizou esta investigação, ambos funcionavam no Círculo Médico de Villaguay, por meio do aluguel parcial de suas instalações em dias de reunião. Antigamente, alternava-se de lugar entre as diferentes unidades acadêmicas. Isso significa que as instâncias de maior poder acadêmico remetiam à metáfora do não-lugar: ou eram móveis - rotativas e, portanto, sem fixação espacial -, ou eram propriedade de outrem.

Considerações finais

Por meio das entrevistas com as protagonistas, corroboramos a hipótese expressa na apresentação, de que as mulheres com poder acadêmico manifesto na UNER ocupam "espaços vazios": esses espaços não foram "cedidos" pelos homens, que não haviam consolidado suas posições; por outro lado, de maneira alguma foram "conquistados" por meio de disputa. Entretanto, a disputa ou a conquista aparecem firmemente descritas com relação ao exercício do cargo. Embora, no acesso ao cargo de poder manifesto (seja esse cargo eletivo ou não), não tenha havido conflito explícito entre as mulheres e seus colegas homens, surgiu posteriormente uma permanente desqualificação feminina, seguida de uma necessidade de adaptação delas ao cargo.

Nesse sentido, surgem novas perguntas. A primeira vincula-se ao lugar ou espaço de disputa de poder. Isto é, brigar no espaço interno, pelear a partir de dentro, ou deixar a luta na fronteira? Qual seria uma política efetiva de fato para as mulheres? Animá-las a não parar, a não deter sua trajetória rumo ao poder, ou estimulá-las a mudar o modelo (masculino), criticar a masculinidade dominante, que para eles

também é alienante, embora para as mulheres o seja duplamente?

Parece que não existe um único caminho e que é necessário (e desejável) brigar internamente, sem renunciar à transgressão e à luta de fronteiras. O desenvolvimento de estratégias adequadas não será espontâneo. Postulamos a necessidade de cursos especiais, com grupos específicos de mulheres universitárias, sobre *técnicas e práticas visando ao empoderamento*. A palavra empoderamento refere-se à potencialização educacional e profissional das mulheres, aumentando sua informação, aguçando suas percepções e possibilitando o compartilhamento das idéias e dos sentimentos. Seu objetivo mais amplo é fortalecer as capacidades, habilidades e disposições para o exercício do poder manifesto ou explícito.

O propósito do empoderamento não é estabelecer uma sociedade de mulheres poderosas mas isoladas, e sim contribuir para a construção de uma nova ordem cultural, socialmente justa e politicamente democrática, no sentido mais amplo ou abrangente. Em outras palavras, trata-se de uma ordem sem hierarquias nem privilégios baseados em estereótipos e estigmas absolutamente injustificados e nada científicos - uma organização que permita, então, que homens e mulheres, de maneira conjunta, desenvolvam uma cidadania universitária plena e produtiva.

Referências bibliográficas

BENSIMON, Estela M. Análisis feminista de la calidad total. *Pensamiento Universitario*, Buenos Aires, ano 3, n. 3, p. 3-16, abr. 1995.

CORTÁZAR, Marisa G. de; LEÓN, María A. G. de. *Mujeres en minoría: una investigación sociológica sobre las catedráticas de universidad en España*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 1997.

JAYME, María; SAU, Victoria. *Psicología diferencial del sexo y el género*. Barcelona: Icaria, 1996.

LEÓN, María A. G. de. *Elites discriminadas*. Barcelona/Bogotá: Anthropós, 1994.

LOURO, Guacira L.L. Género y magisterio en el Brasil: identidad, historia y representación. *Revista Archipiélago*, Barcelona, n. 30, p. 32-39. otoño 1997.

PAIRÓ, Nuria S. I. *Mujeres científicas de todos los tiempos*. Madrid: Talasa, 1997.

PATEMAN, Carole. Críticas feministas a la dicotomía público/privado. In: CASTELLS, Carme (Comp.). *Perspectivas feministas en teoría política*. Barcelona: Paidós, 1996. p. 31-52.

PHILLIPS, Anne. Deben las feministas abandonar la democracia liberal? In: CASTELLS, Carme (Comp.). *Perspectivas feministas en teoría política*. Barcelona: Paidós, 1996. p. 79-98.

VALCÁRCEL, Amelia. Feminismo y poder político. In: LOPEZ, Cándida M. de. *Feminismo, ciencia y transformación social*. Granada: Universidad de Granada, 1995. p. 47-56.

YANNOULAS, Silvia C. *Educar: una profesión de mujeres?* Buenos Aires: Kapelusz, 1996.

YANNOULAS, Silvia C. et al. Cartografía de la UNER: un estudio de género. *Ciencia, Docencia y Tecnología*, UNER, v. I, p. 63-100, 2000.

YANNOULAS, Silvia. Mulheres e ciência.
SérieAnis, Brasília, n. 47, p. 1-10, mar. 2007.

Notas

1 A investigação que deu origem a estas reflexões foi apoiada financeiramente pela Fundação Antorchas e pela Universidade Nacional de Entre Ríos (UNER). Colaboraram, como assistentes de pesquisa *ad honorem*, Adriana Vallejos, Zulma Lenarduzzi e Fernanda Puglisi, estudantes de graduação e de pós-graduação da Faculdade de Educação da UNER. A assistente social Kelma Soares, do grupo de pesquisa TEDis, realizou a tradução do texto para o português. Resultados preliminares desta pesquisa foram apresentados no III Encontro de Universidades Latino-Americanas sobre Estudos de Gênero, realizado em 1999 na Universidade do Panamá, e no II Seminário Internacional Enfoques Feministas e o Século XXI: Feminismo e Universidade na América Latina, realizado em 2008 na Universidade Federal de Minas Gerais.

2 As principais conclusões sobre feminismo, mulheres e academia já foram publicadas na *Série Anis* (Cf. YANNOULAS, 2007).

3 Os resultados da primeira fase da investigação (descrição quantitativa do fenômeno estudado) podem ser consultados em Yannoulas et al. (2000).

4 A denominação “gestão universitária”, embora mais comum no Brasil, tem um caráter de administração do ensino superior, mais do que de “governo”. Por isso, mantivemos fidelidade ao termo original espanhol “governo universitário”, que é a ênfase dada pela história e tradição de autonomia e reforma universitária no início do século XX na Argentina. Nesse país, a briga dos estudantes foi pelo co-governo: reivindicou-se não simplesmente a paridade na hora de votar, mas o poder de decisão, em igualdade de condições, sobre todos os aspectos da vida universitária.

5 Os resultados da segunda fase da investigação (compreensão qualitativa com base na legislação e na história institucional) foram objeto de apresentação específica no II Seminário Internacional Enfoques Feministas e o Século XXI: Feminismo e Universidade na América Latina, realizado na Universidade Federal de Minas Gerais em junho de 2008. Mais informações em www.redefem.ufgrs.br.

6 Na Argentina, os cargos docentes são providos mediante concurso e duram sete anos consecutivos. Após esse período, o cargo deve ser revalidado por meio de relatório aprovado por banca, ou se presta novo concurso.

7 A desautorização feminina é um conceito utilizado pelas feministas acadêmicas, particularmente as historiadoras da ciência, e remete à negação do valor de uma obra produzida por uma mulher (PAIRÓ, 1997).

8 Esses sintomas são: diminuição de respostas voluntárias, disposição cognitiva negativa, redução de agressividade, perda de apetite, entre outros.

9 A UNER está localizada na província de Entre Ríos e conta com um grau de dispersão geográfica de até trezentos quilômetros. A reitoria tem sua sede na cidade de Concepción del Uruguay e as unidades acadêmicas encontram-se nas cidades de Paraná, Concepción del Uruguay, Oro Verde, Gualaguaychú e Concordia.

SérieAnis

É uma publicação seriada da organização não-governamental Anis – Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero para divulgação de resultados de pesquisa sobre ética, bioética, direitos humanos, direitos reprodutivos, sexualidade, gênero, feminismo, deficiência, desigualdade, raça e justiça social. São publicados trabalhos originais, cujo objetivo é promover a discussão acadêmica.

Bibliotecária Responsável

Kátia Soares Braga - CRB/DF 1522 [Anis]

Editora Científica

Debora Diniz [Anis/UnB]

Editores Executivos

Cristiano Guedes [UnB] e Fabiana Paranhos [Anis]

Conselho Editorial

Alessandra Barros [UFBA], Dirce Guilhem [UnB], Marilena Corrêa [UERJ], Roger Raupp Rios [JFRS], Sérgio Ibiapina Costa [ICF], Silvia Yannoulas [UnB], Tatiana Lionço [Anis]

Qualis Filosofia/Teologia/A Local/Capes

Qualis Saúde Coletiva/C Nacional/Capes

Endereço Eletrônico www.anis.org.br/serieanis.cfm

Endereço Caixa Postal 8011 – CEP 70.673-970 – Brasília-DF – Brasil | **Telefone** +55 61 3343.1731 | **E-mail** letraslivres@anis.org.br